

Boletim BiblioCovid

Boletim BiblioCovid v.2 n.12, dezembro 2021 | Juventude e COVID-19

Boletim destinado a apresentação de estratégias e artigos científicos sobre temas relacionados à Covid-19. Gostaria de um boletim com sua temática? Sugira novos temas aqui: [BiblioCovid_sugestao_de_tema](#)

Juventude e COVID-19



Vocabulário controlado

MeSH – Medical Subject Headings (NLM/NIH)
DeCS

Bases utilizadas

BVS ADOLEC Brasil

Termos Utilizados (com base no Medical Subject Headings - MeSH):



Descritores e/ou palavras-chave

Juventude	COVID-19
Jovens	PANDEMIA
Adolescente	SARS-CoV-2
Adolescência	
Joven	
Youth	
Adolescent	
Teen	
Teenager	

Filtros utilizados

Texto completo disponível; artigos de 2020 e 2021; Artigos em Língua Portuguesa

Estratégias de busca

tw:((juventude OR jovens OR adolescente OR adolescência OR youth OR adolescent OR teen OR teenager) AND (covid-19 OR "Infecções por SARS-COV-2" OR pandemia OR sars-cov-2)) AND (fulltext:("1") AND pais_assunto:("brasil") AND la:("pt") AND year_cluster:("2020" OR "2021") AND type:("article"))

Seleção dos dez artigos mais relevantes, segundo critérios da base de dados Medline, incluindo os filtros “Texto completo disponível; artigos de 2020 e 2021; Artigos em Língua Portuguesa”

1. Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19

[doi:https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0045](https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0045)

Resumo

Objetivo: identificar e analisar medidas de proteção à criança/adolescente vulnerável à violência na epidemia de COVID-19 no Brasil e em Portugal.

Método: implementou-se a pesquisa documental de diretrizes governamentais expedidas entre março e setembro de 2020. A análise hermenêutica fundamentou-se nos preceitos da vulnerabilidade em saúde e da defesa do melhor interesse de crianças/adolescentes. Resultados: recomendaram-se ações articuladas de apoio e parcerias nacionais, locais e interinstitucionais; atuação multiprofissional, intra/intersectorial como medidas de proteção à criança/adolescente vulneráveis à violência intrafamiliar. Destacam-se o estímulo a notificação, investigação, intervenção e acompanhamento de casos. Constatam-se investimentos dos países na ampliação de canais de teleatendimento e estímulo à denúncias pela sociedade e redes sociais. Contudo, há indícios de poucos registros de casos, justificado pelas campanhas publicitárias em Portugal que incentivaram denúncias aos órgãos responsáveis. A proteção à renda e ao trabalho dos provedores da família durante o isolamento social e momento de suspensão das aulas presenciais teve a intenção de protegê-los da insegurança alimentar e do contágio da doença. Conclusão: documentos determinaram ações para instituições, profissionais de saúde, familiares e sociedade no enfrentamento da violência intrafamiliar. Na pandemia de COVID-19, é dever do Estado seguir protegendo o direito à vida e à dignidade da criança e adolescente.

Referência

CABRAL, Ivone Evangelista et al. Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19, **Esc. Anna Nery Rev. Enferm**, p. e20210045–e20210045, 2021.

2. Os Jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil

[doi:http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/dossiea2](http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/dossiea2)

Resumo

Destaca como as medidas de enfrentamento da pandemia, como o fechamento do comércio e das escolas, afetaram a população jovem. Com essa motivação, o foco é no grupo de jovens que não trabalham e nem estudam, os "nem-nem", sendo utilizados dados da PNAD Contínua e da PNAD Covid-19. O texto busca identificar as vulnerabilidades desse grupo e sua evolução durante a pandemia.

Referência

ENID, Silva; VAZ, FABIO MONTEIRO. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Os Jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil, **Merc. trab.** (Rio J. 1996), p. 105-121, 2020.

3. Educação superior em saúde: a educação a distância em meio à crise do novo coronavírus no Brasil

[doi:https://doi.org/10.15446/av.enferm.v38n1supl.86229](https://doi.org/10.15446/av.enferm.v38n1supl.86229)

Resumo

Objetivo: refletir sobre as estratégias de educação a distância adotadas no ensino remoto por instituições de ensino superior brasileiras no processo de continuidade de suas atividades letivas da graduação e da pós-graduação na área da saúde, no contexto da pandemia pelo novo coronavírus. Síntese de conteúdo: essa pandemia caracteriza uma crise generalizada e, com isso, a suspensão das aulas presenciais nas universidades no Brasil. Esse episódio promove um debate sobre possibilidades, riscos e consequências das estratégias de educação a distância adotadas neste momento. Por um lado, possibilita a aproximação dos indivíduos e a continuidade do ensino ante o isolamento social; por outro, acarreta a dissolução das diretrizes curriculares dos cursos de graduação em saúde. A educação a distância apresenta-se como uma forte ferramenta para desenvolver o domínio cognitivo, porém insuficiente para atender os domínios psicomotor e afetivo. A pandemia evidencia que somente práticas técnicas não são suficientes para o exercício dos profissionais de saúde, já que o contato humano é fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Argumenta-se que é imprescindível garantir o tripé ensino-pesquisa-extensão baseado nos vínculos sociais dos futuros profissionais e na compreensão dos diferentes contextos em que atuarão. Conclusão: a educação a distância, embora relevante para o ensino remoto no momento da pandemia, deve ser realizada posteriormente em caráter complementar, e não substitutivo ao ensino presencial.

Referência

SUELEN, Ana et al. Educação superior em saúde: a educação a distância em meio à crise do novo coronavírus no Brasil, **Av. enferm**, p. 52-60, 2020.

4. A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: scoping review

[doi:https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00150020](https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00150020)

Resumo

A COVID-19, doença provocada pelo SARS-CoV-2 (novo coronavírus), surgiu na China em dezembro de 2019 e se espalhou rapidamente por todo o mundo. Diante desse cenário, este estudo objetivou identificar o impacto ou os efeitos da pandemia da COVID-19 na saúde dos adolescentes. Trata-se de uma revisão da literatura do tipo scoping review valendo-se das seguintes bases de dados: Web of Science; CINAHL; PsycINFO; SciELO; PUBCOVD19. O estudo seguiu as etapas propostas pelo Instituto Joanna Briggs para scoping reviews, e a questão que orientou os procedimentos adotados foi construída pelo acrônimo PCC (população; conceito; contexto). Foram incluídos 11 artigos na revisão. Clinicamente, os adolescentes apresentam os mesmos sintomas da COVID-19 que os adultos acometidos pela doença. Verificou-se que a pandemia e as medidas sanitárias adotadas para controlar a contaminação são associadas a problemas de saúde mental em adolescentes. Especificamente, os adolescentes têm vivenciado de forma negativa as medidas de distanciamento social e fechamento das escolas. Essas medidas também podem favorecer a ocorrência de violências ou comportamentos agressivos no contexto doméstico. Serviços de saúde que atendem a população adolescente precisaram reorientar as práticas de cuidado, adotando o modelo virtual em substituição ao cuidado presencial, e mesmo as pesquisas precisaram ser repensadas. Esta scoping review abordou um tema emergente em relação a uma população pouco considerada nos estudos sobre a COVID-19. Os resultados sugerem que a situação de pandemia pode ser considerada um determinante que afeta diferentes dimensões da vida dos adolescentes.

Referência

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de et al. A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: scoping review, **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, 2020.

5. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento

[doi:https://doi.org/10.1016/j.ygeno.2021.04.008](https://doi.org/10.1016/j.ygeno.2021.04.008)

Resumo

Com o avanço da transmissão da doença nos diversos países e a ocorrência de transmissão comunitária, medidas de contenção social têm sido propostas em diversos países, incluindo o Brasil. Dentre as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate à pandemia, destaca-se o isolamento dos casos suspeitos e o distanciamento social, estratégias fundamentais para conter o aumento exponencial dos casos da doença e a sobrecarga no serviço de saúde 4,5. Entretanto, tais recomendações têm severas repercussões negativas para a atividade econômica em todos os seus níveis e para a vida em sociedade. O momento para torná-las imperativas tem sido alvo de discussões e tensões entre pesquisadores, setor produtivo e governantes 6,7. Nesse cenário de disputas entre as medidas a serem adotadas e com uma tímida política pública de apoio financeiro para as populações mais pobres 8, grande parcela desta população segue sua rotina de trabalho em busca de sustento, sem poder se beneficiar das medidas protetivas do distanciamento social. Nesse debate, uma questão que vem sendo pouco discutida por pesquisadores, gestores e demais membros dos comitês de crise para o enfrentamento da pandemia são as repercussões do distanciamento social no relacionamento interpessoal, especialmente entre parceiros íntimos e entre pais e filhos. Com base em situações de distanciamento social anteriores e no aumento súbito do registro de casos de violência no contexto de pandemia, organizações internacionais 9,10,11,12,13, pesquisadores 14,15,16 e mídia leiga 17,18,19,20,21 estão preocupados com os indícios de aumento da violência doméstica, sendo o lar, muitas vezes, um lugar de medo e abuso. Ao se fazer uma breve revisão sobre o assunto nas mídias sociais e internet, percebe-se que o aumento da violência contra a mulher e contra a criança e ao adolescente durante o período de distanciamento social tem sido observado em diferentes países, tais como China, Reino Unido, Estados Unidos, França e Brasil 22,23,24,25,26,27. Aqui, segundo dados do Ligue 180 disponibilizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos houve um aumento de cerca de 17% no número de ligações com denúncias de violência contra a mulher durante o mês de março, período inicial da recomendação do distanciamento social no país 28. No Rio de Janeiro, dados do plantão do Ministério Público Estadual revelam um aumento de 50% nos casos de violência doméstica já no primeiro final de semana após os decretos estaduais que propuseram o distanciamento social, sendo a maior parte das denúncias envolvendo violência contra a mulher 22. Do mesmo modo, no Paraná, houve um aumento de 15% nos registros de violência doméstica atendidos pela Polícia Militar no primeiro fim de semana de distanciamento social 29. Situações semelhantes são reportadas no Ceará, Pernambuco e São Paulo 28,30,31. Instituições que compõem a rede de proteção a mulheres, crianças e adolescentes no Brasil também denunciam o aumento do número de casos e chamam a atenção para a possibilidade de menor visibilidade das situações em função da recomendação de se permanecer em casa, além do fechamento ou redução da jornada de trabalho dos serviços de proteção, tais como a delegacia de mulheres, conselhos tutelares etc. A situação torna-se ainda mais relevante porque em cenários de violência doméstica contra a mulher, na maior parte das vezes, também há violência contra crianças e adolescentes 32,33,34,35,36. Como apontado adiante, a maior incidência ou o acirramento das situações de violência de foro íntimo tem motivações em comum, mas também especificidades

Referência

MARQUES, Emanuele Souza et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento, **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, 2020.

6. Síndrome respiratória aguda grave por COVID-19 em crianças e adolescentes no Brasil: perfil dos óbitos e letalidade hospitalar até a 38ª Semana Epidemiológica de 2020

[doi:https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000500021](https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000500021)

Resumo

Objetivo: descrever o perfil dos óbitos e a letalidade de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) por COVID-19 em crianças e adolescentes hospitalizados no Brasil. Métodos: estudo transversal, realizado com dados das fichas de notificação de SRAG de crianças e adolescentes (0 a 19 anos) com confirmação laboratorial para COVID-19. Foram incluídas as notificações com evolução completa de SRAG por COVID-19 até a 38ª Semana Epidemiológica de 2020. Resultados: foram investigadas 6.989 hospitalizações, das quais 661 evoluíram a óbito, perfazendo uma letalidade hospitalar de 9,5%. Observou-se maior letalidade entre menores de 1 ano de idade (14,2%), crianças e adolescentes do sexo feminino (9,7%), indígenas (23,0%) e residentes em zonas rurais (18,1%), como também nas regiões Nordeste (15,4%) e Norte (9,7%) do país. Conclusão: foram observadas diferenças na letalidade hospitalar, conforme as características sociodemográficas e marcantes desigualdades regionais.

Referência

HILLESHEIM, Danúbia et al. Síndrome respiratória aguda grave por COVID-19 em crianças e adolescentes no Brasil: perfil dos óbitos e letalidade hospitalar até a 38ª Semana Epidemiológica de 2020, **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 5, 2020.

7. O Espectro desafiador e imprevisível da Covid-19 em crianças e adolescentes

[doi: https://doi.org/10.1590/1984-0462/2020/38/2020192](https://doi.org/10.1590/1984-0462/2020/38/2020192)

Resumo

Apesar de crianças e adolescentes parecerem ter menor prevalência, manifestações clínicas mais brandas e menores taxas de mortalidade em comparação com outros grupos etários, a crise global da COVID-19 tem um impacto negativo potencialmente profundo em longo prazo nas populações pediátricas. A identificação recente de casos raros e graves de síndrome inflamatória de COVID-19 em crianças mais velhas e adolescentes destaca seu imprevisível espectro de patogênese e prognósticos. O impacto da saúde mental, o impacto social e a perda financeira são desafios importantes para crianças e adolescentes desta e das gerações futuras. Novos estudos multicêntricos e longitudinais de pediatria com grandes populações serão necessários para esclarecer esses achados e avaliar doenças crônicas e preexistentes em crianças e adolescentes

Referência

SAFADI, Marco AuDelio Palazzi; SILVA, Clovis Artur Almeida da. O espectro desafiador e imprevisível da Covid-19 em crianças e adolescentes, **Revista Paulista de Pediatria**, v. 39, 2021.

8. Estudo da qualidade dos Dados do Painel COVID-19 para crianças, adolescente e jovens, Espírito Santo - Brasil, 2020

[doi:https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0509](https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0509)

Resumo

Objetivo: descrever a completude dos dados e avaliar a qualidade do Banco de dados do Painel COVID-19 no Espírito Santo em 2020, quanto à completude de suas variáveis, bem como analisar a confirmação da doença e sua evolução por crianças, adolescentes e jovens. **Métodos:** estudo descritivo exploratório. A completude no preenchimento da ficha no Painel COVID-19 foi classificada como excelente (menos de 5% de preenchimento incompleto), bom (5% a 10%), regular (10% a 20%), ruim (20% a 50%) ou muito ruim (50% ou mais). **Resultados:** observou-se qualidade regular para o critério de confirmação (16%), ruim para a classificação da doença (44%) e status de notificação (30%) e muito ruim para a evolução (79%). Quanto às variáveis epidemiológicas, destaca-se a variável raça/cor da pele com completude regular (17%). **Conclusão e implicações para a prática:** é necessário educação permanente dos profissionais para o preenchimento dos dados de forma correta. Tratando-se de uma pandemia por um vírus novo, esses dados devem estar disponíveis imediatamente, e com qualidade para que medidas de controle possam ser adotadas.

Referência

MACIEL, Ethel Leonor et al. Estudo da qualidade dos Dados do Painel COVID-19 para crianças, adolescente e jovens, Espírito Santo – Brasil, 2020, **Escola Anna Nery**, v. 25, n. spe, 2021.

9. Coorte retrospectiva de crianças e adolescentes hospitalizados por COVID-19 no Brasil do início da pandemia a 1º de agosto de 2020

[doi:https://doi.org/10.1590/1980-549720200026](https://doi.org/10.1590/1980-549720200026)

Resumo

Objetivos: Caracterizar a população do estudo, estimar a taxa de letalidade intra-hospitalar por estado e analisar fatores associados aos óbitos por COVID-19. **Métodos:** foi realizado estudo de coorte retrospectiva de crianças e adolescentes hospitalizados com diagnóstico de COVID-19 confirmado por transcrição reversa seguida de reação em cadeia da polimerase (RT-PCR), tendo como desfecho óbito por COVID-19 ou recuperação, entre 1º de março e 1º de agosto de 2020. A fonte de dados foi o Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe), ao qual são notificados pacientes internados com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Consideraram-se crianças os pacientes com idade entre 0 e 11 anos completos e adolescentes aqueles com idade entre 12 e 18 anos completos. Realizou-se análise bi e multivariável por meio de Regressão de Poisson com variância robusta, utilizando-se como medida de associação final o Risco Relativo ajustado (RRa). **Resultados:** dos 4.930 casos analisados, 2.553 (51,8%) eram do sexo masculino. A raça/cor autodeclarada parda foi a mais frequente, com 2.335 (47,4%). A unidade federativa de Roraima apresentou a maior taxa de letalidade intra-hospitalar, com 68,8% (n = 11/16). A análise multivariada mostrou que pertencer ao grupo etário adolescente (RR = 1,59; IC95% 1,12 - 2,25; p = 0,009), ter sido classificado como SRAG-crítico (RR = 4,56; IC95% 2,77 - 7,51; p < 0,001) e apresentar imunopatia (RR = 2,24; IC95% 1,58 - 3,17; p < 0,001) como comorbidade configuraram-se como fatores associados ao óbito pela COVID-19. **Conclusão:** observou-se que ser adolescente, ter classificação de SRAG-crítico e imunopatia como comorbidade foram importantes fatores associados ao óbito. Recomenda-se vigilância ativa e cuidados diferenciados a portadores de doenças crônicas e condições imunológicas especiais.

Referência

GOMES, Nivreanes Tchernó Nulle et al. Coorte retrospectiva de crianças e adolescentes hospitalizados por COVID-19 no Brasil do início da pandemia a 1º de agosto de 2020, **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, 2021.

10. Perfil epidemiológico de crianças e adolescentes com COVID-19: uma revisão de escopo

[doi:https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0624](https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0624)

Resumo

Objetivo: mapear o perfil epidemiológico de crianças e adolescentes com COVID-19 na literatura mundial. Métodos: scoping review sistematizada pelo protocolo Joanna Briggs Institute nas bases de dados PubMed/MEDLINE, CINAHL, Web of Science, Scopus, Science direct e Google Acadêmico. Foram utilizados artigos com crianças e/ou adolescentes com diagnóstico laboratorial da COVID-19. Resultados: trinta e dois artigos foram incluídos na revisão. A maioria das crianças e adolescentes era do sexo masculino, com contaminação pela transmissão familiar. As manifestações clínicas mais frequentes foram febre, tosse e diarreia. Dez estudos citaram condição/doença pré-existentes, e o tempo de internação variou de um a vinte dias. Três óbitos foram referidos e nenhum estudo apresentou a raça/cor, escolaridade e condições socioeconômicas. Conclusão: foi possível traçar o perfil epidemiológico com informações sobre faixa etária, sexo, provável contaminação da doença, manifestações clínicas, presença de doença/condição pré-existente, internação e óbitos entre crianças e adolescentes com COVID-19.

Referência

BERNARDINO, Fabiane Blanco Silva et al. Epidemiological profile of children and adolescents with COVID-19: a scoping review, **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. suppl 1, 2021.



Clique [aqui](#) e confira os demais artigos

O que você achou deste Boletim?
Sua opinião é muito importante para nós!
Acesse: [boletimbibliocovid_suaopinia](#)

Expediente

Coordenação do Projeto

Viviane Veiga (ICICT- Coordenadora da Rede de Bibliotecas Fiocruz)
Patrícia Mendes (ICICT/CRBF)
Adriano da Silva (ENSP/BibCLAVES)
Gizele Ribeiro (ICICT/BibSP)

Referencistas responsáveis

Vera Queiroz (ICICT/GESTEC)
Adriano da Silva (ENSP/BibCLAVES)

Apoio

Letícia Ramalho – Estagiária (ICICT/CRBF)

Projeto gráfico

Luciana Rocha Mariz Clua – Multimeios | ICICT | FIOCRUZ

Diagramação

Letícia Ramalho – Estagiária – ICICT/CRBF
Luciana Rocha Mariz Clua – Multimeios | ICICT | FIOCRUZ

Ilustração BiblioCovid: Luciana Rocha Mariz Clua - Multimeios | ICICT | FIOCRUZ

Imagens: Pixabay

Rede de Referencistas da Rede de Bibliotecas Fiocruz



Viviane Veiga
ICICT/CRBF



Patricia Mendes
ICICT/CRBF



Adriano da Silva
ENSP/BibCLAVES



Martha Silveira
Fiocruz Bahia/BibIGM



Gizele Ribeiro
ICICT/BibSP



Adagilson Silva
Fiocruz PE/BibIAM



Adrienne Oliveira
COC/BHCS



Arlete Santos
ENSP/BibCESTEH



Giovania Santos
de Jesus
ICICT/CRBF



Glauce de Oliveira
Pereira
ICICT/BibSP



Marise Terra
Lachini - COC/BHCS



Marluce Maciel
Antelo - EPSJV/
BibEB



Mayara Alves
Fiocruz Petrópolis/
BibPFI



Michelle Frazão
FarManguinhos
BibFAR



Nuzia Santos
Fiocruz Minas
BibMINAS



Rachel Alves
Pereira Azevedo
COC/ BHCS



Renata Azeredo
EPSJV/BibEB



Janaína Leal
INCQS/BIBINCQS



Vera Queiróz
ENSP/BibGESTEC